

**EDUCAÇÃO, ENSINO E ESTUDOS DE DEFESA NO BRASIL: reflexões para a
integração com a sociedade***

**EDUCATION, TEACHING AND DEFENSE STUDIES IN BRAZIL: reflections for
integration with society**

Viviane Machado Caminha*

RESUMO: Documentos de alto nível do campo da Defesa – Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) – sinalizaram, entre outros aspectos, para a necessidade de promover a participação cidadã, a Cultura de Defesa e a temática Defesa na Educação. Considerando tais premissas, este estudo preliminar apresentou, com base em análise documental, apontamentos centrais para perceber a articulação das categorias “Educação”, “Ensino” e “Defesa” no âmbito dos Estudos de Defesa no Brasil. A percepção da existência de hiatos significativos nessa interseção foi averiguada pela: i) análise da produção científica da área; ii) mensuração do capital intelectual de argumentação para o campo, ou seja, o reconhecimento da autoridade de fala no campo da Defesa; iii) nível de articulação dessas categorias em eventos acadêmicos promovidos pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED); e ii) inserção da temática Defesa no sistema educacional nacional. Como conclusão foi constatado o desperdício de intelecto especializado em função da inexistência da carreira civil de Defesa do Ministério da Defesa, a existência de obstáculos ainda por superar no que diz respeito as relações civis-militares, a necessidade de incluir na temática “ensino de defesa” cenários mais abrangentes e menos restritos ao ensino militar e, por fim, possibilidades de inserção de questões pertinentes ao âmbito da Segurança e Defesa no sistema educacional nacional, a partir do eixo transversal “educação para cidadania” conforme ocorre no cenário internacional.

Palavras-Chave: Educação e ensino, Estudos de Defesa, Sociedade.

ABSTRACT: High-level documents in the field of Defense - National Defense Policy (PND), National Defense Strategy (END) and White Paper on National Defense (LBDN) - signaled, among other aspects, to the need to promote citizen participation, the Defense Culture and the Defense in Education theme. Considering these premises, this preliminary study presented, based on documentary analysis, central notes to perceive the articulation of the categories "Education", "Teaching" and "Defense" in the scope of Defense Studies in Brazil. The perception of the existence of significant gaps in this intersection was investigated by: i) analysis of the scientific production in the area; ii) measurement of the intellectual capital of argumentation for the field, that is, the recognition of the speech authority in the field of Defense; iii) level of articulation of these categories in academic events promoted by the Brazilian Association of Defense Studies (ABED); and ii) insertion of the Defense theme in

* O conteúdo deste artigo foi apresentado e discutido no III Encontro Regional dos Estudos de Defesa – ERABED/Centro Oeste, realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, no período de 23 a 26 de setembro de 2019, e compôs um dos capítulos do livro “Defesa e Fronteiras: novos objetivos e perspectivas temáticas”. Belo Horizonte: Dialética, 2020. As informações expressas são de responsabilidade da autora, não refletindo o posicionamento da Escola Superior de Guerra, das Forças Armadas ou do Governo Federal.

* Doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Adjunta na Escola Superior de Guerra (ESG), *campus* Brasília.

the national educational system. As a conclusion, it was verified the waste of specialized intellect due to the inexistence of the civil defense career of the Ministry of Defense, the existence of obstacles still to be overcome regarding civil-military relations, the need to include in the theme “defense education”. More comprehensive scenarios and less restricted to military education and, finally, possibilities of insertion of issues pertinent to the scope of Security and Defense in the national educational system, from the transversal axis “education for citizenship” as occurs in the international scenario.

Key words: Education and teaching, Defense Studies, Society.

INTRODUÇÃO

O primeiro passo ao trabalhar com as categorias “Educação” e “Ensino” na seara dos Estudos de Defesa diz respeito à avaliação da documentação de alto nível da área¹. A Política Nacional de Defesa, documento que estabeleceu o conjunto de medidas e ações do Estado para o campo da Defesa, destacou em seu oitavo objetivo a necessidade de “ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (PND, 2016: 13). Nesse sentido, sinalizou que o aumento da percepção sobre a relevância do tema guardava relação com a participação cidadã, estabelecida como ponto crucial na promoção do que denominou uma “sólida cultura de defesa” (Idem).

Outros documentos como a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2016) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN, 2016) trouxeram apontamentos sobre a necessidade de iniciativas para promoção do ensino e educação de defesa. Na END, por exemplo, em consonância com o oitavo objetivo da PND acima mencionado, apareceu como ponto estratégico a “promoção da temática de defesa na educação” (END, 2016: 42). Segundo a documentação indicou a efetivação desse projeto está atrelada ao desenvolvimento de cinco eixos de ação:

AED-75 Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional.

AED-76 Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional.

AED-77 Contribuir para a ampliação de programas de apoio à pesquisa científica e tecnológica relacionados aos temas de Defesa Nacional.

AED-78 Apoiar as iniciativas no sentido de reconhecer o tema defesa como subárea de conhecimento junto às agências de fomento de pós-graduação.

AED-79 Consolidar a Escola Superior de Guerra como uma instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa, bem como o Instituto Pandiá Calógeras como instituição

¹ Embora muitas vezes se verifique o uso como sinônimo das categorias “Ensino” e “Educação”, estas ensejam diferenças basilares. Dentre elas, se destaca o fato de que “Ensino” se relaciona a conteúdos e conhecimentos mobilizados, ao passo que “Educação” remete, além de aprendizagens curriculares, valores e atitudes na formação total do indivíduo. Nesse sentido, “vai além do ensinar, envolve a provisão de possibilidades de autoconhecimento e valores éticos” (MARQUES; OLIVEIRA, 2016: 190).

de estudos de Defesa, dedicada à promoção da participação acadêmica e social (END, 2016: 42-43).

Já o LBDN trouxe informações sobre a “educação no âmbito da defesa”, considerada sob dois aspectos, a saber: educação militar e educação de defesa (LBDN, 2016: 52). O primeiro aspecto está atrelado ao processo de transmissão de valores e da cultura militar, a partir das estruturas e sistemas educacionais das Forças Armadas. Ao passo em que o segundo, a educação de defesa, está ligado as:

Ações desenvolvidas para difundir, aprofundar e promover debates sobre temas relacionados à defesa no âmbito da sociedade brasileira. Possui abrangência nacional, atuando sobre todo o sistema educativo. Busca sensibilizar a sociedade, por intermédio do segmento estudantil, a discutir a questão da Defesa. Faz parte da formação da cidadania. Participam da educação de Defesa, militares e civis, tanto docentes como discentes (LBND, 2016: 53).

Da leitura desses documentos, nota-se, portanto, que há intenção por parte do Estado, seja pela promoção de uma “cultura de defesa”, pelo emprego de eixos de ação/estratégia, ou ainda pelo espaço dedicado a educação no âmbito da Defesa, em fomentar atividades que coloquem a temática Defesa em pauta, principalmente, por intermédio do ensino².

Nesse sentido, em 2017, foi aprovado parecer do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, sobre a inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil. O documento formalizou a necessidade de considerar “Defesa” área do conhecimento na formação de especialistas civis, coadunando com a proposição da Estratégia Nacional de Defesa (END). Assim, se estabeleceu a ampliação do grau de interdisciplinaridade, ao mesmo tempo em que consolidou um espaço de formação e pesquisa, capaz de alargar a mobilização intelectual, bem como seus resultados.

A abertura de espaço acadêmico à reflexão crítica sobre Defesa com o estabelecimento de pós-graduações, linhas e grupos de pesquisa, criação de disciplinas específicas,

² O conceito “Cultura de defesa” aparece com bastante imprecisão, não havendo menção de seu significado nem mesmo no Glossário ao final da documentação.

principalmente, em cursos de Relações Internacionais e Ciência Política, o estabelecimento de cursos, eventos, associações e atividades de extensão e lançamento de programas como o Pró-Defesa (2005) e mais recentemente o Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional – PROCAD (2019), apareceram como iniciativas significativas no que diz respeito à promoção, difusão e incentivo da temática no âmbito educacional.

Tecidas estas sucintas considerações introdutórias, entretanto, há que se apontar para a existência de hiatos que envolvem a questão do ensino e da educação no âmbito da Defesa. Considerando esse apontamento, cumpre destacar que o desenvolvimento deste estudo se deu a partir da abordagem de quatro pontos centrais como: 1. análise da produção científica; 2. percepção e mensuração do capital intelectual de argumentação na área; 3. articulação das categorias “Educação”, “Ensino” e “Defesa” em eventos acadêmicos; e 4. inserção da temática Defesa no sistema educacional nacional.

2. EDUCAÇÃO, ENSINO E DEFESA NO BRASIL: PONTOS PARA REFLEXÃO

Para avaliar a interseção dessas categorias foram levantados alguns pontos para reflexão. O primeiro diz respeito a análise do montante de produção científica de pesquisa, materializada em dissertações e teses na temática Defesa. Em busca realizada, considerando o segundo semestre de 2019, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como delimitação temporal o período de 2014 a 2018 e utilizando o termo indutor “Defesa Nacional”, foi constatado um total de 321 resultados. Destes, 217 títulos oferecem contribuição direta para a área, estando distribuídos da seguinte forma³:

³ Não foram contabilizados os títulos de trabalhos que possuíam o mesmo recorte temporal estabelecido como filtro na pesquisa do termo indutor, mas que foram finalizados em ano diferente. Dessa forma, para o ano de 2014 não contaram 9 trabalhos; 2015 (9); 2016 (6), 2017 (2) e 2018 (1).

Gráfico 1 – Distribuição anual do quantitativo de Teses e Dissertações



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, 2019. Elaboração da autora.

Tabela 1 – Distribuição por área do conhecimento do quantitativo de Teses e Dissertações

ÁREA DO CONHECIMENTO	
Ciências Militares	53
Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança	32
Relações Internacionais	26
Direito	11
Direito Constitucional	2
Geografia	9
Geografia Humana	3
Ciência Política	20
Ciências Sociais	2
Estudos Estratégicos Internacionais	5
Economia	6

Economia Política Internacional	2
Serviço Social	1
Desenvolvimento Sustentável	3
Desenvolvimento Regional	3
Desenvolvimento Regional da Amazônia	1
Engenharia de Defesa	4
Políticas Públicas	5
Administração	4
História	10
História Comparada	9
História Social	2
Integração Contemporânea da América Latina	2
Biotecnologia	1
Comunicação	1
Engenharia e Gestão do Conhecimento	1
Ciências Econômica	1
Sociologia	1
Integração da América Latina	1
Ciência Jurídica	1
Educação	1
Saúde Pública	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, 2019. Elaboração da autora.

A análise dos dados revelou que dentre alguns dos temas, do total de pesquisas em nível de mestrado ou doutorado, estiveram a organização, atuação e integração das Forças Armadas, os setores cibernético e nuclear, Atlântico Sul, Indústria e Economia de Defesa, Operações de Paz, Inteligência, Terrorismo, Políticas de Defesa, Política Externa e Defesa, Geopolítica, Antártica, Diplomacia de Defesa, Programas Sociais de Defesa, Liderança Regional, Estudos

Estratégicos, Conselho de Defesa Sul Americano, Trânsito de ilícitos e crime organizado, Cooperação Internacional em Defesa, UNASUL e Segurança na América do Sul.

Tal fato, sem dúvida sinalizou para o crescimento e visibilidade assumido pelos Estudos de Defesa, revelando um enorme manancial de conhecimento que incluiu pesquisas com temas desde “A construção do processo decisório de alocação orçamentária para operações de paz do Ministério da Defesa” até “Os símbolos e rituais da brigada de infantaria paraquedista: influências, permanências e rupturas”. No entanto, esse dado também apontou para a necessidade de refletir sobre o destino daqueles que se especializaram na área, tendo em vista ainda a impossibilidade de ingresso na carreira civil de Defesa.

Em entrevista concedida em 2017, o então Ministro da Defesa (MD), Raul Jungmann (2016-2018) destacou que a composição da força de trabalho civil do Ministério era basicamente de servidores cedidos de outros órgãos e cargos comissionados. Nesse sentido, a carreira de Defesa Nacional, composta inicialmente por 300 cargos de Analista de Defesa Nacional, providos gradualmente por concurso público, representaria significativo ganho para o desenvolvimento das atividades institucionais, na medida em que engendraria a formulação de políticas e programas na área.

No entanto, do período da entrevista aos nossos dias, não se verificou grandes mudanças na composição do MD, que conta atualmente com 1713 servidores, divididos entre 919 militares e 794 civis (servidores, estagiários e terceirizados), considerando apenas a administração central e excetuando os servidores alocados no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, Escola Superior de Guerra - ESG e Hospital das Forças Armadas - HFA, áreas subordinadas ao Ministério⁴.

A inexistência da carreira civil do MD apareceu, sem dúvida, como uma das falhas na condução da política de Defesa no Brasil, dificultando o fomento para a formação de uma cultura democrática de Defesa (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010). Além disso, mesmo com a criação do Ministério da Defesa (1999) tendo inaugurado uma nova era das relações civis-

⁴ Dados referentes ao segundo semestre de 2019.

militares no país, a baixa presença de civis em sua composição pode ser vista como fator de contribuição para o desinteresse da sociedade pela temática. Uma vez que, o “debate nacional apenas limitou-se a convidar alguns expertos, escolhidos pelos próprios militares ou com sua anuência, para proferir conferências intramuros” (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010: 05).

Esse apontamento está intrinsecamente relacionado ao segundo ponto levantado nesse estudo: a percepção e mensuração do capital intelectual para argumentação na área. Ou seja, a percepção de quem seriam os indivíduos que, de fato, teriam propriedade para falar dos temas oriundos do campo da Defesa. Nesse sentido, a experiência da Escola Superior de Guerra (ESG) forneceu alguns elementos interessantes para análise. Cabe destacar que a atuação da ESG se constitui em eixo de ação estratégica, previsto na END (2016), cabendo a esta a consolidação como “instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa” (END, 2016: 43).

Ofertando cursos na área da Defesa para o público civil e militar, foi criado, por demanda ministerial em Brasília (2017), o Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED). Sua intenção era projetar o conceito de Defesa na administração pública federal, por meio da formação de assessores de alto nível. Essa pós-graduação *lato sensu* tem duração de 42 semanas com carga horária total de 657 horas/aula. A estrutura curricular do ano de 2019 esteve distribuída em 400h de atividades de estudo, sendo composta por 9 disciplinas, a saber: Introdução aos Estudos de Defesa, Humanidades, Evolução Política do Estado Brasileiro, Relações Internacionais, Geopolítica, Defesa Nacional, Aquisições de Defesa Nacional, Pensamento Estratégico e Metodologia do Trabalho Científico; 20h de Temas da Atualidade; 217h de Atividades Complementares e Viagens de Estudo (Trabalhos de Campo) e 20h de Atividades Administrativas. A turma formada em 2019 atendeu a 77 discentes distribuídos da seguinte forma: 42 militares provenientes das três forças, 32 civis e 3 estrangeiros de nações amigas - Argentina, Peru e Venezuela.

Visando a constante melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, ao final de cada disciplina ofertada no CAED, os discentes são convidados a responder pesquisa sobre avaliação do conteúdo ministrado. Estas avaliações mensuraram o desempenho dos

professores “da casa” e de professores convidados externos (palestrantes). Ao término do período de realização da avaliação, esta foi transformada em relatório, permitindo o conhecimento dos pontos que poderiam e/ou deveriam ser trabalhados com mais ou menos ênfase para o aperfeiçoamento da disciplina.

O relatório da disciplina “Evolução Política do Estado Brasileiro (EPB)” se constituiu em apontamento sobre a questão proposta para reflexão acima mencionada. Com o objetivo de analisar a influência da trajetória do Estado brasileiro na formulação de políticas e estratégias em torno dos conceitos de identidade e Defesa em perspectiva histórica, a avaliação geral da disciplina foi concluída com 75% dos discentes considerando-a excelente e 25% muito bom. A mesma foi fundamentada a partir de quatro unidades de estudos, a saber: 1. Formação do Brasil à Luz da Historiografia, 2. Império, Invenção da Nação e suas Tradições, 3. A Historicidade da Relação Estado e Defesa Nacional e 4. Forças Armadas, Sociedade e Defesa na Contemporaneidade que foram avaliadas conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Relatório EPB CAED 2019.

UNIDADES DE ESTUDO		Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
ET 2.1	Formação do Brasil à Luz da Historiografia (12h/a)	80%	15%	5%		
ET 2.2	Império, Invenção da Nação e suas Tradições (8h/a)	77%	20%	3%		
ET 2.3	A Historicidade da Relação Estado e Defesa Nacional (8h/a)	74%	23%	3%		
ET 2.4	Forças Armadas, Sociedade e Defesa na Contemporaneidade (8h/a)	67%	28%	5%		

Fonte: Relatório EPB CAED 2019. Elaboração da Coordenação Pedagógica

A terceira unidade de estudo, “A historicidade da relação Estado e Defesa Nacional”, contou, em uma das aulas, com participação de professor convidado externo (palestrante),

incumbido de abordar o tema “20 anos de Ministério da Defesa no Brasil: perspectivas e desafios”. Para ministrar essa aula foi convidado docente da Universidade de Brasília (UnB) com estudos voltados, entre outros aspectos, para teoria de relações internacionais, processo decisório em política externa e segurança e defesa. Sua apresentação foi iniciada com a informação de que trazia para aquela explanação considerações e dados apresentados quando de sua participação em evento internacional - *International Studies Association* (ISA), São Francisco - Califórnia, em 2018.

Apoiado em literatura especializada, o docente conduziu a aula abordando os seguintes pontos: as principais funções de um Ministério da Defesa, o processo orçamentário, sobretudo, o orçamento de defesa com pessoal e para investimento nas forças, estudos comparativos sobre o tamanho do contingente militar ativo em países como Brasil, França, Reino Unido e Itália, a comparação da composição do MD na França, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, a forma como se estabeleceu a racionalização da defesa nesses países, o controle civil e a realidade de desvio de função da missão das Forças Armadas no Brasil. Da avaliação feita pelos discentes, o conteúdo trazido pelo professor externo obteve o seguinte resultado:

Tabela 3 - Relatório EPB CAED 2019.

EIXO TEMÁTICO III: A Historicidade da Relação Estado e Defesa Nacional						
DOCENTE		Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Aula 6	Professor ESG	82%	15%	3%		
Aula 7	Professor ESG	82%	13%	5%		
Aula 8	Professor Externo	15%	15%	24%	41%	5%

Fonte: Relatório EPB CAED 2019. Elaboração da Coordenação Pedagógica.

Conforme foi possível perceber, 46% dos discentes que responderam a avaliação da disciplina, no que diz respeito ao conteúdo da aula ministrada pelo professor externo, a consideraram regular ou ruim. Abaixo foram colocados alguns comentários tecidos pelos discentes:

1. A palestra fugiu ao tema proposto. Para se falar do MD, nada mais coerente e apropriado do que se chamar alguém do próprio MD, que tenha domínio de conhecimentos sobre o momento e as circunstâncias políticas de quando o MD foi criado, disputas e diferenças de opiniões que dominaram a narrativa à época, etc. Na história do MD, pode-se falar das consequências das correntes de pensamento que dominaram a condução do Ministério ao longo dos governos que dirigiram o País no período, dos projetos nos quais o MD está envolvido, das contribuições e interações internacionais do MD, etc. Enfim, o palestrante entrou por uma área que pareceu não ter todo domínio e acabou se defrontando com especialistas no assunto sentados na plateia, qual seja, orçamento. Aplicou a maior parte de seu tempo enfocando este tema e não abordou tantos outros que fariam muito mais sentido face ao título da palestra: 20 Anos do Ministério da Defesa no Brasil: Perspectivas e Desafios. Ninguém melhor do que alguém que está dentro do MD para falar do que se está pensando para os próximos anos, talvez o próprio ministro.
2. Rever alguns palestrantes. Devem colocar slides com dados mais atualizados na apresentação.
3. A comparação entre países profundamente diferentes em termos geopolíticos, econômicos, culturais e militares (Brasil, França e Itália) não foi devidamente cuidadosa e levou a diversos questionamentos por parte dos alunos. A visão de "militarização" do MD também não foi bem aceita pelos alunos, por parecer ter um viés mais político que técnico.
4. O professor, apesar de conhecer o assunto, passou a impressão de estar desatualizado da realidade do MD.
5. A condução do professor não acompanhou a expectativa sobre o assunto. Sugere-se que essa palestra seja proferida pelo Ministro da Defesa, como tratado anteriormente.
6. Sugiro trocar a palestra do professor por alguém de dentro do MD. Assim poderíamos ter uma melhor visão do que foi apresentado (Relatório EPB, CAED, 2019).

Da análise dos comentários dos discentes depreendeu-se de início o questionamento sobre o lugar de fala do professor, ou seja, a percepção do capital intelectual para argumentação na área. Embora este possuísse todas as credenciais de qualificação, apontamentos feitos por membros da turma destacaram que o tema em questão deveria ser apresentado por alguém de dentro do MD ou mesmo pelo próprio Ministro da Defesa, este sim revestido de autoridade e conhecimento suficientes na área.

Outro ponto perceptível foi o da confrontação dos dados trazidos pelo professor com a *expertise* dos “especialistas no assunto”. Pelo fato de alguns discentes ocuparem cargos no MD, entenderam que teriam conhecimento superior, sobretudo no que se referiu a questão orçamentária e de pessoal, em relação aos dados apresentados pelo professor. Essa percepção ignorou por completo o fato de que exatamente por fazerem parte da instituição, o discurso,

bem como a forma de pensar e agir reverberam envolvimento afetivo, desembocando em visões e preleções de cunho institucional, com pouca ou nenhuma perspectiva crítico-reflexiva. Para o caso dos discentes militares, o processo de internalização dos valores das forças, ao longo de todo o processo formativo, se configurou em fator de reforço desse entendimento. Ou seja, ser militar pressupõe, nesse caso, necessariamente conhecer as questões que envolvem o campo da Defesa.

Um terceiro e último ponto a se ressaltar da análise dos comentários da avaliação discente em questão, foi a ênfase dada pelo professor externo a chamada “militarização do MD”. Para os discentes a afirmação do quantitativo elevado de militares no MD se traduziu em uma perspectiva política e não técnica. Esse apontamento permitiu refletir sobre a visão que, em alguma medida, a caserna guarda do mundo civil, além de evidenciar que constatações dessa natureza invariavelmente são compreendidas como provocação ou agressão. Por fim, é necessário registrar que para justificar a superioridade numérica de militares atuando no MD, é comum que se sinalize que ocorre em função da carência de servidores civis qualificados, o que poderia ser resolvida a partir da vontade política em efetivar a carreira civil de Defesa na instituição.

Como terceiro ponto desse estudo foi colocada a questão da inserção das categorias “Ensino”, “Educação” e “Defesa” em apresentações e discussões dos encontros nacionais promovidos pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). O levantamento do conteúdo dos Encontros Nacionais revelou que no primeiro Encontro Nacional da ABED (I ENABED), 2007, na Universidade Federal de São Carlos, não houve nenhuma referência a trabalhos versando sobre a temática ensino ou educação associados à Defesa. O II ENABED, 2008, em Niterói - Rio de Janeiro, contou com uma mesa redonda intitulada “Educação, Ciência e Tecnologia: a Cooperação Civil-Militar”, composta apenas por militares com cargos de direção nas escolas militares, a saber: C. Alte. Walter Carrara Loureiro (Diretor da EGN); Gen. Brig. Sergio Westphalen Etchegoyen (Comandante da ECEME) e Brig. Lucio Alves Angelo (Comandante da ECEMAR). Nesta ocasião, foram debatidos:

Projetos conjuntos de pesquisa conduzidos por civis e militares que possibilitem a produção de pesquisas científicas e tecnológicas, assim como a formação de recursos

humanos pós-graduados em defesa nacional e segurança internacional que possam contribuir para desenvolver e consolidar o pensamento estratégico brasileiro (Anais II ERABED, 2008: 10).

Em 2009, o III ENABED, realizado em Londrina – Paraná, contou com uma mesa redonda denominada “Estudos Estratégicos como campo de ensino e de pesquisa”, que teve como participantes os professores civis Eduardo Siqueira Brick (UFF), Eurico de Lima Figueiredo (UFF/ABED) e Luiz Pedone (UFF). Porém, não se encontrou nos anais desse evento qualquer menção aos objetivos das discussões da mesa. Já em Brasília, no ano de 2010, o IV ENABED trouxe a seção temática “Educação e Formação Militar”, composta por 12 trabalhos com reflexões sobre fundamentos pedagógicos, questões doutrinárias e o ambiente educacional na formação de quadros, habilitações e serviços das forças armadas no Brasil e países sul americanos.

Em Fortaleza, no ano de 2011, o V ENABED trouxe dois simpósios temáticos: “Educação e Formação Militar”, com 8 trabalhos dentro da mesma proposta do ano anterior e, “Educação, Doutrina Militar e Regimes Políticos”, também com 8 trabalhos que versaram sobre os processos de formação militar em sociedades contemporâneas para o desenvolvimento de valores democráticos no âmbito das Forças Armadas. O VI ENABED, 2012, realizado em São Paulo, não trouxe nomenclatura para os simpósios temáticos, mas a análise do conteúdo dos anais do evento apontou para a existência de pesquisas sobre os desafios para o ensino militar, considerando o pensamento brasileiro em Defesa.

Em 2013, foi realizado em Belém, o VII ENABED, que, entre outros simpósios temáticos, trouxe um intitulado “Estudos de Defesa e Sociedade”, mas, não contou com nenhum trabalho na temática educação ou ensino de defesa. O VIII ENABED, ocorrido em Brasília, 2014, contou com o simpósio temático “Educação e Profissão Militar: debates e perspectivas”, onde foram apresentados 10 trabalhos, sendo apenas 2 relacionados à formação/profissionalização militar. No ano de 2016, o IX ENABED, teve uma área temática mais abrangente, voltada para “Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa”, composta por 8 trabalhos que esboçaram a relação Ensino e Defesa através do ensino militar com um total de 22 trabalhos inscritos, sendo que em 4 deles havia mais de um autor inscrito e,

por isso, os nomes apareceram mais de uma vez no índice. Por fim, o X ENABED, realizado em São Paulo, 2018, repetiu a área temática “Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa”, dessa vez, com 16 trabalhos, onde apenas 3 deles se destinaram a reflexão sobre a relação Ensino e Defesa.

Da análise dos anais dos Encontros Nacionais da ABED, se percebeu um esforço no sentido de inserir a temática do ensino/educação de defesa, a partir de iniciativas como palestras em mesas redondas e apresentação de trabalhos em simpósios ou áreas temáticas. Entretanto, ficou evidente que esse tema ainda é percebido, predominantemente, na esfera do ensino militar, principalmente no que se refere a doutrina, formação de quadros e profissionalização. A constatação dessa percepção reduz em muito as possibilidades de análise provenientes do campo do ensino e da educação voltados para o campo da Defesa.

Na proposição de um cenário mais abrangente e que objetiva compreender a relação entre as categorias “Ensino”, “Educação” e “Defesa”, pesquisas baseadas, por exemplo, na análise curricular de pós-graduações *stricto sensu* brasileiras, que têm Defesa como área de concentração ou linha de pesquisa, podem contribuir para o entendimento, a partir de um diagnóstico raio-x, do que se ensina e forma nessa área em perspectiva comparada. Também, tem potencial o desenvolvimento de investigações sobre as possibilidades e modalidades de inserção da temática Defesa no sistema educacional nacional, contribuindo diretamente para a “promoção da temática de defesa na educação”, conforme postulou a Estratégia Nacional de Defesa (2016: 43). Ou ainda, a elaboração de estudos sobre os mecanismos para o envolvimento da sociedade em assuntos ligados à Defesa, em consonância com o oitavo objetivo da política Nacional de Defesa, figura como ações com potencial de impacto na formulação de políticas e programas para a área.

Por fim, o quarto e último ponto a ser destacado como contribuição aos Estudos de Defesa, no que diz respeito a educação de defesa, guardou relação direta com uma das possibilidades de pesquisa acima mencionadas, a saber: a investigação sobre as modalidades de inserção da temática Defesa no sistema educacional nacional, eixo estratégico previsto na END (2016) conforme já mencionado. Para tanto, a experiência internacional, considerando a

realidade histórica de formação e desenvolvimento de cada Nação, fornece significativos indicativos de ação.

Carecemos da formulação de uma política educativa para o conhecimento de questões atreladas à Defesa e Segurança, tal qual existe, por exemplo, em países como Portugal, Espanha, França e Reino Unido. Nestes, invariavelmente a Educação para Segurança e Defesa está alicerçada no âmbito da Educação para a Cidadania, integrando os alunos à vida cívica e desenvolvendo valores éticos e morais da sociedade em que vivem.

A inserção curricular em eixo transversal dos pressupostos da “Educação para a Cidadania” apareceu, nesses países, complementada por disciplinas como Cultura cívica, História, Filosofia, Geografia e Estudos Sociais, definindo-a como “presente em todo ato educativo que consubstancia mesmo toda a essência da educação, e nesse sentido, ela é igualmente uma disciplina que visa desenvolver a dimensão ética e moral do Homem” (DUARTE, 2013: 1).

Em Portugal, foi planejado em 2012 documento orientador da Educação para a Cidadania, com foco na área temática Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, intitulado Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Esse documento resultou da cooperação do Ministério da Educação e Ciência (MEC) e Ministério da Defesa Nacional (MDN) estando direcionado para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário⁵. Dentre seus objetivos se destacaram:

Evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e as finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência, solidariedade e paz entre os povos do Mundo. Realçam-se ainda a dimensão preventiva e a dimensão dissuasiva das modernas e ampliadas concepções de segurança (Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, 2012: 9).

⁵ O sistema de educação em Portugal é dividido em 3 ciclos: Educação Pré-Escolar, *Infantário*, 3 meses - 5 anos, *Ensino Básico*, obrigatório para faixa etária de 6 – 15 anos, equivale ao Ensino Fundamental I e II Brasileiro e *Ensino Secundário*, 16 – 18 anos, equivalente ao nosso Ensino Médio.

Tais objetivos visaram alavancar a juventude no sentido de elevar o nível de conhecimento, desenvolver capacidades e promover valores e comportamentos essenciais para a prática da cidadania ativa no que envolve as temáticas de segurança, defesa e paz. Para tanto, a partir do grande tema transversal “Segurança, Defesa e Paz – Um Projeto de Todos e para Todos”, foram desenvolvidos quatro temas, a saber: “A Segurança, a Defesa e a Paz”, “O Contexto Internacional e o Quadro Nacional – A Mundialização e a Interdependência”, “A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz” e “As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões”. Por sua vez, estes temas se desdobravam em subtemas que foram aplicados desde a fase Pré-escolar ao final do Ensino Secundário, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Subtemas do grande tema transversal Segurança, Defesa e Paz – Um Projeto de Todos e para Todos”.

TEMA	NÍVEL DO SISTEMA DE EDUCACIONAL
Segurança, Defesa e Paz – Um Projeto de Todos e para Todos	Todos os níveis do sistema de educação português
SUBTEMAS	NÍVEL DO SISTEMA DE EDUCACIONAL
Direitos Humanos: fundamentos e regime de proteção e promoção mundial	3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
A Segurança e a Paz no quadro internacional	3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
O “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” no quadro constitucional de Portugal	3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
O contexto global da segurança, da defesa e da paz	2º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

A interdependência e a mundialização: riscos, perigos e ameaças	2º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
A prevenção como estratégia para a promoção da paz	3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
A identidade de Portugal e os seus fundamentos	Todos os níveis do sistema de educação português
Portugal no sistema internacional e a construção da paz	2º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
As Forças Armadas	Todos os níveis exceto 2º ciclo do Ensino Básico
As Forças de Segurança	Exceto 2º ciclo do Ensino Básico
Os Serviços de Segurança	3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Fonte: Referencial para a Segurança, a Defesa e a Paz, 2014. Elaboração da autora.

No caso espanhol, a Educação para a Cidadania esteve associada, desde 2005, ao desenvolvimento de uma Cultura de Paz. A legislação que abriu caminho para essa linha de ação definiu como prioridade a promoção em todos:

Os ciclos do ensino espanhol atividades que se conformem com os valores de uma cultura de paz e promover a inclusão, com conteúdo curricular, de programas e de iniciativas para a educação para a paz à escala local e nacional (Ibidem, p. 2).

Resultado da parceria estabelecida entre a Associação de Diplomados em Altos Estudos da Defesa Nacional, Ministério da Defesa e Ministério da Educação, Cultura e Desporto, o programa de “Educação para a Cidadania, a Defesa, Compromisso Cívico e Solidário ao serviço da Paz” abrangeu o público do ensino primário e secundário e estabeleceu a defesa como um

dos valores relacionados à prática cidadã⁶. Conforme se progredia no ensino eram aprofundados os níveis de conhecimento. A faixa etária dos 10 - 12 anos, que reunia alunos do terceiro e último ciclo da educação primária, trabalhou com o tema “Cidadania e Direitos Humanos”, tendo como objetivos centrais “a educação para a paz e os direitos humanos e a compreensão do papel das Forças Armadas e das Forças Armadas de Espanha na promoção da segurança e da paz” (Idem).

A educação secundária obrigatória teve foco, nos três primeiros cursos, no subtema “Um Compromisso com a Paz” e envolveu o conhecimento de organismos internacionais, direito de guerra, política externa e de defesa, com descrição das missões militares no âmbito dos critérios da legalidade internacional. E, no quarto e último curso, as Ciências Sociais aprofundavam a educação para a segurança e a paz no campo da política e filosofia com o tema “Ética de Resolução de Conflitos”, relacionando a cultura da paz com a cultura da defesa. Por fim, no bacharelato, nível não obrigatório da educação secundária, houve um reforço do trabalho realizado nos anos anteriores, se levantando questões entre ação política, segurança e paz. Temas como origem e legitimidade do Estado, conflitualidade, defesa como ética e valor, conexões entre defesa e paz e impactos da globalização em termos de segurança e paz foram desenvolvidos complementando a formação do educando.

Na França, Cultura de Defesa e Segurança Nacional também foram entendidas como conhecimentos que os alunos deveriam adquirir ao longo da formação escolar⁷. A Educação em Segurança Nacional abrangeu o Ensino da Defesa, que teve por objetivo a preparação dos jovens para atuar como cidadãos ativos no desenvolvimento nacional, compreendendo questões que envolvessem segurança e defesa e preparando indivíduos para que estivessem disponíveis para atuação se necessário, fortalecendo seu papel de cidadãos por meio de um discurso

⁶ O ensino na Espanha é dividido da seguinte forma: Ciclo 1 - Educação Primária (3 subciclos), Ciclo 2 - Educação Secundária Obrigatória (4 cursos distintos) e Ciclo 3 – Educação Secundária Não Obrigatória (Bacharelato).

⁷ O ensino francês está dividido em 3 ciclos, a saber: *École* (Escola), 3 - 10 anos, subdividida em *École Maternelle* (Escola Maternal) e *École Elementar* (Escola Elementar); *College* (Colégio), 11 – 14 anos, subdividido em 4 sessões; *Lycée* (Liceu), 15 – 18 anos, com o curso terminal abarcando a faixa dos 15 e 16 anos e o Bacharelato, para aqueles que desejam fazer um curso profissional mais avançando e prosseguir nos estudos.

evocativo da memória e do patrimônio nacional, respaldado por materiais didáticos diversificados em plataforma física e digital.

Dentre as questões que envolvem a consolidação da Educação para Segurança Nacional estavam “a defesa militar; a defesa global; os novos riscos e novas ameaças; o progresso da defesa europeia; a segurança nacional” (Ibidem, p. 4). No primeiro ciclo, *École*, o ensino da defesa esteve centrado no reconhecimento e histórico dos símbolos nacionais e no processo de construção da Nação. No *College*, segundo ciclo, disciplinas como História, Geografia e Educação Cívica desenvolveram, respectivamente, conteúdos relacionados ao sentimento nacional na Europa, geoestratégia marítima e desafio da defesa econômica no contexto da defesa global e “defesa e segurança, busca da paz, cooperação internacional e ação internacional da França no que toca a defesa” (Ibidem, p. 5). Por fim, no último ciclo, *Lycée*, a Educação Cívica assumiu maior protagonismo ao lidar com questões que remetessem aos direitos e deveres dos cidadãos, a cidadania e as transformações do mundo contemporâneo, os deveres da defesa e o papel do país enquanto potência econômica, geopolítica e cultural.

No Reino Unido, a Educação para a Cidadania em sua estrutura organizacional resultou de contextos nacionais distintos, não estando unificado como temática transversal curricular⁸. Em linhas gerais, se teve que a Escócia e o País de Gales promoveram essa educação a partir do estabelecimento da Cultura Cívica, que envolveu uma série de atributos da identidade cultural e nacional. Ao passo em que a Irlanda do Norte trabalhou com a noção de “educação para o entendimento, para a compreensão mútua que visa melhorar as relações intercomunitárias apaziguando os mecanismos de violência” (Ibidem, p. 8). E, a Inglaterra, buscou por meio da Educação para a Cidadania a promoção da ativa participação cívica na vida pública e política.

É possível afirmar, a despeito do cenário de particularidades, que a problemática da vida cívica pública e política apareceu de forma comum no Reino Unido, se constituindo no grande tema que engendrou a Educação para a Cidadania. Esta, diferente dos demais exemplos

⁸ O sistema de ensino do Reino Unido, apesar de não unificado, se organiza a partir de 2 grandes ciclos: o Primário, 10 – 11 anos e o Secundário, com educação compulsória até os 16 anos. A partir disso, há a possibilidade de prosseguir para os Estudos Avançados, que finda aos 18 anos e dá acesso à Universidade.

européus apresentados, não esteve centrada no campo da defesa e segurança nacional e sim no comunitário. Dessa forma, foi ofertado destaque para questões que remetessem a “conflitualidade internacional, ao conceito clássico de guerra, e pugnam por uma educação para a paz, através dos mecanismos da gestão e resolução de conflitos” (Ibidem, p. 9)⁹. Cabe destacar que, mesmo em face desse cenário, a Inglaterra, por exemplo, abrigou uma das mais importantes e antigas universidades no mundo empenhada nos estudos de segurança e defesa, o *King's College London* (1829), com o *Department of War Studies*.

Em perspectiva comparada com os exemplos fornecidos, no Brasil não se verificou nenhuma iniciativa específica para a promoção de uma Educação para a Cidadania que envolvesse questões atreladas aos campos da Segurança e Defesa. Apesar disso, tivemos um histórico de quase um século, fins do século XIX à década de 1980, de inserções no processo ensino-aprendizagem de moral e civismo.

A educação moral e cívica, situada na seara da formação política, especificamente no que se refere ao exercício da cidadania, teve como função a internalização de valores fundamentais para o desenvolvimento da vida em sociedade, se baseando para tanto na estruturação de comportamento em que o interesse coletivo suplantasse o particular, no que se relaciona à esfera pública. Especialistas argumentaram sobre sua importância para a emergência do cidadão ativo, ciente dos direitos, atuante na defesa de seus interesses e empenhado em ações de assistência aos grupos menos favorecidos. Na prática, entretanto, a educação moral e cívica se limitou a projetar um sentimento patriótico, valorizando o dever militar, sobretudo durante o mais recente período ditatorial brasileiro (1964-1985)¹⁰.

⁹ Segundo Duarte, “[...] no mundo de matriz anglo-saxônica, e não só no Reino Unido, mas também nos Estados Unidos da América, há uma tradição de ensino da gestão e resolução de conflitos como mecanismo educativo apaziguador da violência intrajuvemil” (DUARTE, 2013, p. 9).

¹⁰ Para mais informações ver: ALMEIDA, Djair Lázaro de. **Educação Moral e Cívica na ditadura militar**: um estudo de manuais didáticos. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. CORREIA, Wilson Francisco. A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia. **EccoS** – Revista Científica, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 489-500, jul./dez. 2007. CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia Oscilante: Religião, Moral e Civismo no Brasil (1931-1997). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.

A inexistência, e mesmo previsão, de um tema transversal que instrumentalizasse jovens em processo de formação para compreensão de questões que envolvessem temas relacionados à Segurança e Defesa no currículo escolar, faz com que o Brasil caminhe a passos vagarosos no sentido de inserir essa temática na sociedade. O acesso e mobilização de conhecimentos atrelados a esse debate somente ocorre por meio da educação superior, comumente pelo ingresso em cursos como Ciência Política e Relações Internacionais, preferencialmente.

Embora a documentação do sistema educacional brasileiro como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) esbocem a relação do ensino com a prática da cidadania não é encontrada qualquer menção aos temas Segurança e Defesa como nos demais países. Nesse sentido, deve-se apontar como ação relevante para o campo dos Estudos de Defesa compreender os caminhos trilhados por esses países, considerando as realidades históricas dos processos de construção da Nação e do Estado de cada país, para que aqui se possa começar a explorar melhor a educação e o ensino de defesa, conforme previsto na documentação da área.

CONCLUSÕES

A documentação de alto nível do campo da defesa enfatizou a necessidade de ampliação das discussões afetas ao tema por meio da participação cidadã e da promoção desta por mecanismos educacionais. Transversalmente apareceu, na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e no Livro Branco de Defesa Nacional, a interseção das categorias “educação”, “ensino” e “defesa” como elemento fundamental para inserção e incentivo de atividades no sistema nacional. Entretanto, tal fato, ensejou o levantamento de pontos que contribuíssem para a reflexão sobre os mecanismos e instrumentos capazes de integrar defesa e sociedade por esse viés.

O primeiro deles se relacionou ao montante da produção científica no campo da defesa. Após análise dos dados coletados, constatou-se o crescimento e expansão da visibilidade que os Estudos de Defesa adquiriram dentro do recorte temporal estabelecido (2014-2018). O aumento no número de dissertações e teses na área ensejou a reflexão sobre o destino

profissional de indivíduos que investiram de dois a quatro anos em pesquisa, sobretudo pelo fato de não haver ainda a possibilidade de ingresso no Ministério da Defesa via concurso público. Ou seja, a inexistência da carreira civil de Defesa promove o que pode ser denominado de dispersão de intelecto especializado. Esse cenário, além de apartar conhecimento abre enorme espaço para que militares das três forças ocupem cada vez mais espaço na formulação e assessoramento de políticas de Defesa, estando mais preocupados em seguir diretrizes institucionais do que necessariamente problematizar e apontar soluções para pontos de fragilidade.

O segundo ponto de reflexão proposto guardou estreita relação com o apontamento acima, versando sobre o lugar de fala ocupado por aqueles que se dedicam aos Estudos de Defesa. A partir do relatório da disciplina Evolução Política do Estado Brasileiro, do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) edição 2019, foi possível perceber que a questão do capital intelectual de argumentação, ou seja, a autoridade sobre o discurso na área de Defesa é caminho que engendra desafios, coexistindo diferentes formas de resistência quando se trata de argumentação crítica reflexiva vinda da esfera civil, ainda que pautada em teoria, método e análise de dados. Essa percepção, se por um lado, não é válida para toda a realidade que engendra o universo acadêmico no âmbito da Defesa, por outro, se mostra significativa para dimensionar os obstáculos ainda por superar nas relações civis-militares no Brasil, posto que a internalização de valores ligados as forças armadas sedimentam a noção de que a escolha pela carreira militar proporciona o conhecimento das diferentes questões que envolvem a seara da Defesa.

O terceiro apontamento feito sinalizou para necessidade em mensurar a inserção de temas atrelados a educação e ensino no âmbito dos Estudos de Defesa, a partir do levantamento de dados provenientes dos encontros nacionais da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa (ABED). Da análise dos dez encontros realizados até o ano de 2018, percebeu-se a existência de um esforço na inserção da temática ensino de defesa, em que pese sua correspondência com o ensino militar, proliferando trabalhos voltados para doutrina militar, formação de quadros e processos de profissionalização. Esse estudo, entretanto, destacou a necessidade de incluir nessa temática cenários mais abrangentes que envolvessem, por exemplo, análises curriculares

de pós-graduações civis e militares por metodologia comparada, levantamento de possibilidades quando a inserção do ensino da temática defesa no sistema educacional nacional e estudos sobre os mecanismos de envolvimento da sociedade em temas afetos ao campo.

Nesse sentido, o último apontamento mostrou-se capaz de complementar o anterior, na medida em que apresentou as diferentes formas de inserção de questões do âmbito da Segurança e Defesa no sistema educacional internacional. Sem descuidar da máxima, “países diferentes tem realidades diferentes”, conhecer o percurso que resultou no estabelecimento de políticas educativas em países como Portugal, Espanha, França e Reino Unido, permitiu enxergar as potencialidades do eixo transversal curricular “Educação para cidadania”, tanto na disseminação de questões pertinentes para o campo da Defesa, quanto na formação de uma cultura de defesa e no exercício da cidadania.

Por todo o exposto, o resultado desse estudo sinalizou para a existência de uma série de lacunas no que se refere a interseção das categorias educação, ensino e Estudos de Defesa no Brasil e em particular na integração dessas temáticas junto à sociedade. Lacunas que podem ser minimizadas com uma clara definição do projeto de Defesa Nacional que se quer desenvolver no país.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2016. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf Acesso em 11 nov. de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2016. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf Acesso em 11 nov. de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Força de trabalho do MD por unidade (exceto CENSIPAM, ESG e HFA)**. Disponível em: <https://sei.defesa.gov.br> Acesso em 11 nov. de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer 147/2017 do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/45871-pareceres-da-camara-de-educacao-superior-ces-2017> Acesso em 11 nov. de 2019.

COOREDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR - CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília: Distrito Federal. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em 11 nov. de 2019.

DIAS, António [Et al.] **Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz**. Ministério da Educação e Ciência: Portugal, 2014. Disponível em <https://www.idn.gov.pt/documentos/Referencial-EBOOK-versaodigital> Acesso em 12 nov. de 2019.

DUARTE, António Paulo. **Modelos de Educação para a Cultura de Segurança e Defesa: os casos da Espanha, da França e do Reino Unido**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2013. Disponível em https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/Strategic_Paper_1_Modelos_de_Educacao_para_a_Cultura_de_Seguranca_e_Defesa.pdf Acesso em 12 nov. de 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Relatório das Disciplinas Humanidades e Evolução Política do Estado Brasileiro**. Brasília: Distrito Federal, 2019.

JUNGSMANN, Raul. Defesa, desenvolvimento e sociedade. [Entrevista cedida a] Gabrielli Dala Vechia. **Revista Aerovisão**, edição 251. Brasília: Distrito Federal, (Jan/Fev/Mar 2017).

MARQUES, Stela. OLIVEIRA, Thiago. Ensino, Educação e Docência: reflexões e perspectivas. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.189-211, Set. /Dez., 2016.

WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História [online]**. 2010, vol.29, n.2, pp.3-29.